



Revista Base (Administração e Contabilidade)
da UNISINOS
E-ISSN: 1984-8196
cd@unisinos.br
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

MAZZIONI, SADY; PRUDÊNCIO TINOCO, JOÃO EDUARDO; SILVA OLIVEIRA, ANTONIO
BENEDITO
PROPOSTA DE UM MODELO DE BALANÇO SOCIAL PARA FUNDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS
Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS, vol. 4, núm. 3, septiembre-diciembre,
2007, pp. 274-286
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337228633008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

PROPOSTA DE UM MODELO DE BALANÇO SOCIAL PARA FUNDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS

A MODEL OF SOCIAL AUDIT FOR UNIVERSITY FOUNDATIONS

SADY MAZZIONI

sady@unochapeco.edu.br

**JOÃO EDUARDO PRUDÊNCIO
TINOCO**

tinocojoao@unisantos.br

ANTONIO BENEDITO SILVA OLIVEIRA

absolive@pucsp.br

RESUMO

O Balanço Social é o relatório que evidencia as relações socioeconômicas das entidades com seus parceiros sociais. A abordagem contemporânea abrange os vértices compreendidos como o balanço de recursos humanos, a demonstração do valor adicionado, o balanço ambiental, a responsabilidade pública e social das organizações. É, notadamente, um demonstrativo mais eclético que os demonstrativos contábeis tradicionais, o que lhe concede uma condição propícia para evidenciar o esforço organizacional, no intuito de promover a gestão de suas responsabilidades sociais. Embora seu estudo seja bastante recente no Brasil, nota-se uma predisposição, tanto nos ambientes empresariais quanto nos acadêmicos, em contribuir nas discussões que giram em torno da elaboração e divulgação do demonstrativo. Assim, o objetivo do presente artigo é apresentar o delineamento de uma proposta de Balanço Social para uma fundação universitária, como um demonstrativo útil na gestão das organizações e na prestação de contas aos *stakeholders*. Os procedimentos metodológicos adotados consistem de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. As conclusões do trabalho apontam para a necessidade de as entidades complementarem a divulgação de informações, adicionando aos relatórios de natureza econômica e financeira aqueles de cunho social e ecológico. A proposta contempla as características das instituições de ensino superior de caráter comunitário, no intuito de demonstrar a dimensão social dessas entidades e contribuir no processo de gestão das responsabilidades sociais decorrentes de sua atuação.

Palavras-chave: balanço social, fundação universitária, gestão das responsabilidades sociais.

ABSTRACT

The Social Audit is the report that informs about the socioeconomic relations of organizations with their social partners. The contemporary approach comprehends the vertices understood as the human resource balance, the demonstration of the added value, the environmental balance, the public and social responsibility of organizations. It is a more eclectic report than the traditional accounting reports, which makes it more capable of disclosing the efforts made by organizations to promote the management of their social responsibility. Although its study is very recent in Brazil, one notices a willingness, both in the business community and in the academia, to contribute to the discussions around the preparation and propagation of such a report. Thus, the article proposes a Social Audit for a university foundation as a useful report for the organization's management and accountability towards its stakeholders. The adopted methodology consists of an exploratory research with a qualitative approach. The conclusions indicate the need for organizations to supplement the disclosure of information by adding to the economic and financial reports those of a social and environmental nature. The proposal focuses on the characteristics of higher education institutions of a communal nature in order to discuss the social dimension of these organizations and to contribute to the process of management of the social responsibilities resulting from their activities.

Key words: social audit, university foundation, management of social responsibility.

INTRODUÇÃO

O atual estágio de discussões sobre a responsabilidade social corporativa permite caracterizá-la como evolução das práticas de ações filantrópicas. Empresários bem-sucedidos começaram a retribuir à sociedade parte dos ganhos obtidos em suas empresas. A partir dessas práticas, surgiram entidades filantrópicas, no intuito de captar os recursos dos empresários filantropos. Melo Neto e Froes (2001, p. 26) destacam as diferenças entre as ações ao observar que "a filantropia desenvolve-se através das atitudes e ações individuais desses empresários", contrariamente "a ação de responsabilidade social não é individual. Reflete a ação de uma empresa em prol da cidadania".

A responsabilidade social é concebida como um estágio mais avançado no exercício da cidadania corporativa. Ribeiro (1992, p. 61) considera que "o conceito de responsabilidade social envolve o conhecimento das preferências e prioridades sociais".

Melo Neto e Froes (2001) asseveram que, a partir do desenvolvimento de iniciativas de inserção social, inicialmente por meio de doações e apoio a programas e campanhas sociais dos governos, e, mais recentemente, mediante projetos sociais inovadores e de fomento ao desenvolvimento socioeducativo, artístico e cultural, surgiu a necessidade de comunicação dessas ações sociais para o mercado, o que culminou com a emergência do marketing social. Assim, a participação para prover condições ao melhor desenvolvimento social deixou de ser objeto de ações filantrópicas e tornou-se alvo de ações de comunicação e marketing social.

O Balanço Social é um instrumento utilizado pela contabilidade no intuito de fornecer aos seus usuários informações mais úteis, fidedignas e eqüitativas, de natureza social, que revelam a responsabilidade das empresas perante a sociedade e permitem avaliar os efeitos das atividades empresariais sobre o meio ambiente onde atua.

À luz dessas considerações, o objetivo central da pesquisa é apresentar o delineamento de uma proposta de Balanço Social para as fundações universitárias, como um demonstrativo útil na gestão das organizações e na prestação de contas aos stakeholders.

As contribuições do presente estudo consistem, principalmente, na evidenciação da emergente necessidade de se prestar contas à sociedade das atividades desenvolvidas pelas entidades; na consideração do avanço qualitativo das informações prestadas pela contabilidade; na apresentação de uma estrutura de demonstrativo para o Balanço Social aplicável em instituições de ensino caracterizadas como comunitárias.

RESPONSABILIDADE E BALANÇO SOCIAL

Uma entidade não pode ser concebida apenas como um aglomerado de recursos materiais e humanos, que produz e/ou transforma bens, cria serviços e os disponibiliza ao mercado consumidor. Délano (1980, p. 1) destaca: "ela é acima de tudo um poder que representa uma força sócio-econômica-finân-

ceira determinada, com a sua potencialidade de emprego, de expansão, de criatividade, que pode influir decisivamente na melhor ou pior qualidade de vida da cidade em que está".

É amplamente admitido, contemporaneamente, que as obrigações tradicionais das organizações de remunerar os trabalhadores, de pagar os impostos e de gerar dividendos aos acionistas não atende a todos os desideratos esperados.

A evolução histórica do conceito de empresa e de seus objetivos acabou por incorporar a responsabilidade social corporativa como parte integrante desses, e as razões que levaram as empresas a adotarem esse papel inserem-se nas alterações das estratégias, imbricadas no processo de gestão.

Frederick Winslow Taylor (1856-1915) apresentou à sociedade o conceito de administração científica, introduzindo a teoria de que todo trabalho manual poderia ser analisado e organizado pela aplicação do conhecimento, o que proporcionou significativo aumento da produtividade. Parte dos benefícios auferidos com o aumento da produtividade destinou-se à elevação do padrão e da qualidade de vida do proletariado daquele momento (Orchis et al., 2002).

Os comportamentalistas, por sua vez, julgavam que a motivação dos trabalhadores se dava por outros fatores. Sendo os indivíduos responsáveis pela execução do conjunto das atividades empresariais, as relações interpessoais deveria ser o objeto central de atenção. A escola comportamentalista foi a responsável pela transição entre coisas e pessoas, incorporando a psicologia como elemento gerencial (Orchis et al., 2002).

Coube a Oliver Sheldon (1894-1951) correlacionar a administração empresarial com seu papel na sociedade, como se pretendesse uma fusão entre ética social e administração científica. Ampliou o foco de atenção para além do ambiente interno e das funções cotidianas da empresa, para um equilíbrio entre a abordagem científica da produção e a responsabilidade social da administração (Orchis et al., 2002).

Tinoco (2001) argumenta que o interesse público sobre o modo de funcionamento dos negócios iniciado durante a Primeira Guerra Mundial, verificado na cooperação entre a indústria, a sociedade, as associações da sociedade civil organizada, os sindicatos, a igreja, clubes políticos e outros organismos, consolidou a discussão da responsabilidade social nos objetivos empresariais.

A origem do debate que envolve a responsabilidade social das empresas é creditada aos Estados Unidos da América, a partir de 1960. A insatisfação popular ocasionada pelas consequências negativas no conflito com o Vietnã conduziu a sociedade a manifestações contrárias a diversas entidades, principalmente em relação àquelas que subsidiavam a guerra com armamentos bélicos, gases paralisantes e bombas (Tinoco, 2001).

Essas manifestações deflagraram um processo de intensos questionamentos e despertaram a conscientização pública de que as empresas não podem agir deliberadamente, não lhes sendo possível produzir bens e serviços à revelia do respeito com a espécie humana e do meio ambiente natural em que estão inseridas.

De acordo com o relato de Tinoco (1984), somadas a esses fatores tinham-se as discriminações de raça e de sexo no trabalho, que conduziram numerosas organizações a tomarem posição em favor de uma nova moral empresarial. A rentabilidade financeira e a incitação ao consumismo não poderiam servir de justificativa para as práticas empresariais de forma deliberada. As organizações responsáveis pelas iniciativas éticas foram as igrejas, as fundações, as organizações caritativas, as universidades, as associações de antigos combatentes da Coréia e do Vietnã.

Tinoco (1984) observa que, a partir das pressões efetuadas junto aos conselhos de administração das grandes empresas, os acionistas minoritários caracterizados como "investidores éticos", contando com a ajuda de jornalistas, professores universitários, contadores, economistas e pesquisadores de grandes instituições, conduziram as empresas a justificar seu objetivo social. Visam melhorar sua imagem na sociedade e minimizar os prejuízos causados ao meio ambiente. As empresas são compelidas a elaborar um quadro socioeconômico para prestar contas da *performance* empresarial, demonstrando os recursos externos utilizados e os aportes de recursos oferecidos à comunidade.

Na concepção de Kroetz (2000), as manifestações em diversos países para satisfazer às necessidades informativas requeridas pela sociedade podem ser caracterizadas como a seguir:

- Social audit*: proposta oriunda nos Estados Unidos, traduzida em termos monetários, como o quantificador de vantagens e prejuízos sociais, e que objetiva completar o balanço financeiro tradicional. O objetivo do demonstrativo é cuidar da imagem da empresa;
- Bilan social*: proposta francesa baseada na idéia de conciliação com os trabalhadores;
- Die Sozialbilanz*: proposta alemã, cujo intuito é sintetizar os dois modelos então existentes (americano e francês);
- Balance social: denominação atribuída ao demonstrativo nos países de língua hispânica;
- Balanço social: denominação genérica adotada no Brasil.

Gonçalves (1980) comprehende o Balanço Social como um conjunto de informações quantificadas por meio das quais as empresas têm a possibilidade de acompanhar de maneira objetiva o desenvolvimento de suas atividades, no campo dos recursos humanos, bem como medir seu desempenho na implementação de programas de caráter social.

Para Tinoco (1984, p. 10) o "Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa reportar informações de cunho econômico e social, do que aconteceu e acontece na entidade, aos mais diferenciados usuários, dentre estes os assalariados".

Ribeiro e Lisboa (1999, p. 74) ressaltam a contribuição da contabilidade no processo de informação social e a importância da divulgação do Balanço Social ao sustentar que:

A Contabilidade, enquanto ciência que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das entidades, possui os instrumentos necessários para con-

tribuir para a identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos. Estes instrumentos se traduzem no Balanço Social.

Na concepção de Mazzioni (2005), o Balanço Social complementa o sistema de informação contábil, permite aos usuários conhecer a atuação social da empresa, seu posicionamento perante a comunidade e o meio ambiente, bem como o seu relacionamento com os empregados. Pode-se conceber o Balanço Social como um conjunto de informações de base contábil, gerencial, econômica e social capaz de proporcionar uma visão sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade.

Através do Balanço Social, surge a oportunidade da organização evidenciar essas potencialidades, demonstrando sua influência e participação na economia local, regional e nacional. Gonçalves (1980, p. 53) aponta algumas ressalvas quanto à estrutura do demonstrativo. Inicialmente, observa que "a quantificação do conjunto de elementos do Balanço Social em termos exclusivamente monetários deve ser encarada com restrições". Ademais, aponta que "por ser um instrumento de apreciação de uma política da empresa, só tem utilidade quando assinala tanto as falhas quanto os sucessos". Finalmente, assevera que, embora a estrutura do Balanço Social seja montada a partir de indicadores, alguns expressos em unidades monetárias, "todos eles estão voltados para a apreciação do desempenho da empresa no que se refere aos aspectos humanos e sociais, que marcam o ambiente em seu interior e à sua volta".

Tinoco (1984, p. 52) alerta para o fato de que "existem discussões e polêmicas sobre as abordagens a serem adotadas na elaboração do Balanço Social". O estudo relata que os pesquisadores, estudiosos e acadêmicos apontam para três direções. A primeira, de uma "abordagem contábil", dando ênfase ao "valor adicionado" gerado pela empresa. A segunda, em que os "aspectos sociais, ambientais e de relações do pessoal", de caráter eminentemente qualitativo, merecem evidência. E uma terceira, denominada "mista", que "concilia os aspectos econômicos e contábeis com os sociais".

Ademais, Tinoco (2001, p. 43) ressalta que "a inserção das questões econômicas, ambientais e de cidadania às sociais ampliaram o escopo do Balanço Social, denominando-o de Balanço Social em sentido amplo". Para o autor, o relatório envolve o desenvolvimento de quatro vértices: "o Balanço Social em sentido restrito (balanço das pessoas); demonstração do valor adicionado; o balanço ecológico e a responsabilidade social da empresa".

O estudo concentra-se, preponderantemente, na abordagem destes quatro vértices, em face da amplitude conceitual das propostas e da observância das disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade, Interpretação Técnica 15 – NBC T 15 (CFC, 2004), que trata da divulgação das informações de natureza social e ambiental. A referida norma estabelece a evidenciação de informações que tratam de: "(1) a geração e a distribuição de riqueza; (2) os recursos humanos; (3) a interação

da entidade com o meio ambiente externo; (4) a interação com o meio ambiente".

Os quatro vértices do Balanço Social anteriormente referenciados são descritos na seqüência.

O primeiro deles, o Balanço de recursos humanos, retrata que, num sentido muito amplo de medida, pode-se entender que a empresa é o seu quadro de pessoal. Este pensamento, segundo Tinoco (2001), encontra respaldo em muitos pesquisadores do campo econômico e social. Para esses estudiosos, o Balanço Social representa estabelecer e explicitar relações existentes entre o pessoal e a entidade para a qual laboram (idéia predominante no modelo francês).

A NBCT 15, ao se reportar aos recursos humanos, estabelece que "devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade".

O segundo, a Demonstração do valor adicionado, assume que o avanço cultural das sociedades tem motivado um aprimoramento nos procedimentos empresariais e a revisão nos objetivos que permeiam suas atividades. A obtenção do lucro deve estar em consonância com outros fatores considerados importantes para a comunidade na qual está hospedada.

Ao referir-se à relevância da demonstração, Tinoco (1984, p. 39) julga que "a informação do valor adicionado pelas empresas muito enriqueceria a informação contábil, sendo de importância vital para todos quantos se dedicam ao mister de analisar balanços".

De acordo com Iudícibus *et al.* (2003, p. 33), a demonstração do valor adicionado "objetiva evidenciar a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada. Discrimina o que a empresa agrega de riqueza à economia local e, em seguida, a forma como distribui a riqueza".

O terceiro, o Balanço ambiental, envolve uma crescente preocupação por parte das empresas, das entidades, dos formadores de opinião e de parcela significativa da população em relação à proteção do meio ambiente. Há um esforço na produção de novas tecnologias direcionadas para conter, se não eliminar, os efeitos poluentes existentes em diversas atividades econômicas, tendo em vista que a continuidade dessas atividades constitui-se em fator determinante para o desenvolvimento da economia e da sociedade.

Andrade *et al.* (2000) consideram a questão da preservação ambiental como um dos fatores de maior influência a partir dos anos 90, deixando de ser uma função exclusiva de proteção para tornar-se uma função de administração.

A contabilidade ambiental busca evidenciar os aspectos favoráveis e desfavoráveis, provocados pelo relacionamento da organização com o meio ambiente. Tinoco e Kraemer (2004, p. 109) caracterizam a gestão ambiental como "o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental".

Por último, a Responsabilidade social e pública das organizações trata de uma temática que tem sido um campo fecundo para divergências em relação ao que vem a ser e se é adequado o aporte de recursos para o desenvolvimento de ações na área social.

Conforme relato de Ashley (2003), podem-se delinear claramente duas correntes de pensamento. A primeira, entendendo que a única responsabilidade da empresa é conseguir lucro, otimizando o uso dos recursos organizacionais e o aumento de retorno do capital aos acionistas. A empresa torna-se socialmente responsável ao gerar novos empregos, pagar salários justos e melhorar as condições de trabalho. Contribui para o bem-estar público ao pagar seus impostos. Enquanto alguns pesquisadores entendem que o desvio de recursos para ações sociais pode acarretar prejuízos à competitividade, de outra parte, há o argumento dos que defendem que a empresa acarreta para a sociedade alguns custos decorrentes de suas atividades, tendo, assim, responsabilidade direta e condições de abordar muitos dos problemas que atingem a sociedade.

A empresa preocupada em ser socialmente responsável deve assumir uma postura proativa, ao considerar como sua a responsabilidade de buscar e implementar soluções para os problemas sociais. Cultiva e pratica um conjunto de valores que podem ser traduzidos em um código de ética, formando a própria cultura interna e funcionando como referência de ação para os dirigentes em suas operações.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Raupp e Beuren (2004, p. 79) destacam que, considerando as particularidades da Contabilidade, as tipologias de delineamentos de pesquisas podem ser agrupadas em três categorias: "pesquisa quanto aos objetivos, pesquisa quanto aos procedimentos e pesquisa quanto à abordagem do problema".

A pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como pesquisa exploratória, e as pesquisas exploratórias, na concepção de Gil (1999, p. 43), "têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos [...]".

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica porque no anteparo teórico para a fundamentação do tema realizou-se investigação em material publicado e indexado em base de dados, de cunho científico, como revistas, livros, artigos, dissertações e teses; documental, porque se valeu de demonstrativos contábeis e outros documentos da instituição pesquisada que dizem respeito ao objeto de estudo. Marconi e Lakatos (2002, p 64), esclarecem que: "A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias."

Quanto à abordagem do problema, é uma pesquisa qualitativa. Em relação à abordagem qualitativa. Raupp e Beuren (2004, p. 92) destacam que "na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno estudado". Os autores observam, ainda, que a abordagem qualitativa

"visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último".

O presente artigo apresenta uma proposta para a elaboração do Balanço Social destinada a atender as características das instituições de ensino superior de caráter comunitário. O estudo exploratório realizou-se em uma fundação universitária, mantenedora de uma universidade comunitária e de um instituto para promover o desenvolvimento regional sustentável.

Para colher dados primários, realizaram-se entrevistas dirigidas com o uso de perguntas abertas aos agentes sociais escolhidos intencionalmente (em razão do nível operacional e de gestão que ocupam), buscando identificar o nível de conhecimento sobre o demonstrativo, de que forma ocorre a gestão das responsabilidades sociais da instituição e se o sistema de informações existente atende as necessidades de gestão dessas responsabilidades.

O delineamento do modelo considerou os principais modelos teóricos existentes, utilizados no contexto nacional, como, por exemplo, a proposta do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (2006), para as instituições de ensino, fundações e organizações sociais. Além disso, o modelo foi validado internamente e contempla as expectativas dos gestores da entidade pesquisada, cujas contribuições foram colhidas por meio de entrevistas.

O lapso temporal considerado mais apropriado a ser contemplado na divulgação das informações contidas no Balanço Social corresponde ao período de três a cinco anos. Por questões metodológicas, neste trabalho, não foi possível tal amplitude. As justificativas da proposta apresentada serão comentadas por blocos, melhorando o entendimento sobre a concepção e a finalidade do demonstrativo.

BALANÇO SOCIAL PARA FUNDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS

A proposta de Balanço Social para Fundações Universitárias é composta de nove tópicos, abrangendo informações de cunho econômico, financeiro, social e ambiental. Os procedimentos éticos, de transparência e de responsabilidade social na gestão das entidades também são contemplados no demonstrativo proposto.

APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE

As informações disponibilizadas no Quadro 1 possibilitam o relato do modelo de gestão adotado pela entidade e o posicionamento estratégico de médio e longo prazo relacionado aos objetivos a que se propõe.

Quadro 1 – Apresentação da entidade.

APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE

Nome da entidade

Missão

Filosofia

Principais políticas

Principais projetos

Outras informações relevantes

A apresentação da entidade permite, inicialmente, a evidenciação de informações cadastrais da instituição divulgadora do demonstrativo. Contempla a publicidade da missão da entidade, ou seja, a razão de sua existência e qual o papel que pretende desempenhar no cenário social.

INDICADORES MONETÁRIOS

Os indicadores apresentados no Quadro 2 são válidos para avaliar o envolvimento social da entidade, seja no âmbito interno ou externo.

Os indicadores monetários categorizados em indicadores laborais, indicadores sociais internos e indicadores sociais externos servem para estabelecer a relação das aplicações de recursos efetuadas pela entidade com a receita bruta (RB) do período.

Pode-se verificar o consumo de recursos na remuneração e qualificação do pessoal, investimentos em benefícios ao quadro de recursos humanos e os recursos aplicados em benefício da comunidade, por meio de programas assistenciais ou de inserção comunitária. A proposta traz indicadores consolidados pelo conjunto total do corpo funcional e desmembrados por categoria profissional.

RECURSOS HUMANOS

O Balanço Social traduz-se em instrumento diferenciado de evidenciação das políticas de gestão de recursos humanos e da relação estabelecida com os colaboradores. Os indicadores contemplados no Quadro 3 pretendem externar o esforço organizacional de valorização do quadro funcional.

Os recursos humanos são representados por um conjunto de indicadores que permitem identificar o perfil do quadro funcional. Pode-se verificar o turnover, a equidade salarial, as políticas de capacitação, faixa salarial e acesso aos cargos de chefia, entre os sexos. Para as instituições de ensino, torna-se primordial a valorização, a manutenção e o investimento permanente no quadro funcional.

INDICADORES ACADÊMICOS

Em razão das peculiaridades das instituições de ensino, constam no Quadro 4 indicadores do corpo discente e dos cursos.

Este bloco de indicadores acadêmicos mostra a quantidade de alunos na graduação e pós-graduação, quantidade de alunos com bolsas de estudos, evasão, reprovação e total de cursos ofertados.

O conjunto de indicadores proposto torna-se importante na medida em que evidencia a capacidade dos alunos se manterem no ensino superior, quantos ingressam, qual o nível de evasão, qual o nível de reprovação, quantos alunos concluem o ensino superior no período. Indica o potencial de capital humano qualificado para melhorar o contexto da região em que a entidade está instalada.

Permite evidenciar o envolvimento de docentes, técnicos administrativos e discentes da instituição em trabalhos voluntários que beneficiam a sociedade.

Quadro 2 – Indicadores monetários.

INDICADORES MONETÁRIOS			
Base de Cálculo	ANO 1 – EM R\$		
Receitas/transferências brutas			
Receita líquida			
Resultado operacional			
Superávit/déficit do exercício			
Indicadores Laborais	VALOR (R\$)	% S/ RB	
Folha de pagamento de salários de professores			
Folha de pagamento de salários de técnicos administrativos			
Folha de pagamento de estagiários e monitores			
Total de pagamentos de terceirizados			
Encargos sociaisBolsas de estudos ao pessoal docente			
Bolsas de estudos ao pessoal administrativo			
Bolsas de iniciação à pesquisa científica			
Capacitação de docentes			
Capacitação de pessoal técnico-administrativo			
Total dos Indicadores Laborais			
Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	% S/ RB	Nº Pessoas Beneficiadas
Esporte e lazer			
Atividades de cultura			
Assistência à saúde e saneamento			
Segurança, medicina e higiene no trabalho			
Seguros			
Auxílio alimentação			
Transporte e/ou vale-transporte			
Previdência privada			
Creche e/ou auxílio-creche			
Atividades de extensão internas			
Outras aplicações em benefício aos funcionários			
Total dos Indicadores Sociais Internos			
Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	% S/ RB	Nº Pessoas Beneficiadas
Bolsas de estudo ao corpo discente			
Proteção à família, maternidade, adolescência, velhice			
Amparo às crianças e adolescentes carentes			
Prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de necessidades especiais			
Promoção gratuita de assistência educacional / de saúde			
Promoção da integração ao mercado de trabalho			
Atividades de extensão comunitárias gratuitas			
Serviços prestados gratuitamente à comunidade			
Projetos de pesquisas à comunidade			
Projetos de esporte e lazer à comunidade			
Projetos de arte e cultura à comunidade			
Obras e campanhas sociais			
Outras aplicações em benefício da comunidade			
Total dos Indicadores Sociais Externos			

Quadro 3 – Recursos humanos.

RECURSOS HUMANOS		
Indicadores do Corpo Funcional	ANO 1	
	Quantidade	% S/ Total
Total de empregados no início do período		
Total de empregados ao final do período		
Total de admissões do período		
Total de demissões do período		
Total de mulheresTotal de homens		
Total de brancosTotal de negros		
Total de amarelosTotal de pardos		
Total de indígenas		
Nº de mulheres em cargos de chefia		
Nº de homens em cargos de chefia		
Total de empregados portadores de necessidades especiais		
Total de estagiários na instituição		
Total de monitores na instituição		
Total de empregados menores de 18 anos		
Total de empregados com idade entre 18 e 35 anos		
Total de empregados com idade entre 36 e 60 anos		
Total de empregados com idade acima de 60 anos		
Processos trabalhistas movidos contra a entidade		
Processos trabalhistas julgados procedentes		
Processos trabalhistas julgados improcedentes		
Indenizações e multas pagas por determinação judicial		
Nº de acidentes de trabalho – sem perda de tempo		
Nº de acidentes de trabalho – com perda de tempo		
Salário médio dos homens		
Salário médio das mulheres		
Salário médio dos portadores de necessidades especiais		
Indicadores do Corpo Docente	Quantidade	% S/ Total
Total de pessoal docente		
Total de mulheres		
Total de homens		
Total de brancos		
Total de negros		
Total de amarelos		
Total de pardos		
Total de indígenas		
Total de pós-doutorados		
Total de doutores		
Total de mestres		
Total de especialistas		
Total de graduados		
Total de docentes em fase de titulação: pós-doutorado		
Total de docentes em fase de titulação: doutorado		
Total de docentes em fase de titulação: mestrado		
Total de docentes com dedicação na pesquisa		
Total de docentes com dedicação na extensão		
Total de docentes com dedicação na pós-graduação		
Total de docentes com dedicação integral		
Total de docentes com dedicação parcial		

Carga semanal de trabalho		
Total de horas extras trabalhadas		
Total de faltas no período		
Tempo médio de permanência na instituição		
<i>Turnover</i>		
Salário médio dos homens		
Salário médio das mulheres		
Total de docentes integrantes da CIPA		
Total de docentes sindicalizados		
Total de docentes que integram as diretorias sindicais		
Indicadores do Corpo Técnico-Administrativo	Quantidade	% S/ Total
Total de pessoal técnico administrativo		
Total de homens		
Total de mulheres		
Total de brancos		
Total de negros		
Total de amarelos		
Total de pardos		
Total de indígenas		
Total de pós-graduados		
Total de graduados		
Total com ensino médio		
Total com ensino fundamental		
Total de pessoas não-alfabetizadas		
Total de técnicos administrativos em fase de titulação		
Carga semanal de trabalho		
Total de horas extras trabalhadas		
Total de faltas no período		
Tempo médio de permanência na instituição		
<i>Turnover</i>		
Salário médio dos homens		
Salário médio das mulheres		
Total de técnicos administrativos integrantes da CIPA		
Total de técnicos administrativos sindicalizados		
Total de técnicos administrativos que integram as diretorias sindicais		

Quadro 4 – Indicadores acadêmicos.

INDICADORES ACADÊMICOS		
Indicadores do Corpo Discente	Quantidade	% S/ Total
Total de alunos na instituição (graduação e pós-graduação)		
Total de alunos na graduação (por curso)		
Total de homens		
Total de mulheres		
Total de brancos		
Total de negros		
Total de amarelos		
Total de pardos		
Total de indígenas		
Nº de alunos com bolsa integral		
Nº de alunos com bolsa parcial		
Total de alunos portadores de necessidades especiais		

Alunos da graduação ingressantes no período		
Alunos da graduação formados no período		
Evasão		
Reaprovação		
Total de alunos da pós-graduação (por curso)		
Total de homensTotal de mulheres		
Total de brancosTotal de negros		
Total de amarelosTotal de pardos		
Total de indígenas		
Nº de alunos com bolsa integral		
Nº de alunos com bolsa parcial		
Total de alunos portadores de necessidades especiais		
Alunos da pós-graduação ingressantes no período		
Alunos da pós-graduação formados no período		
Evasão		
Reaprovação		
Relação nº de alunos x professor (por curso)		
Indicadores de Cursos	Quantidade	% S/ Total
Total de cursos da instituição (graduação e pós-graduação)		
Total de cursos de graduação da instituição		
Total de cursos de pós-graduação da instituição		
Total de cursos de pós-doutorado		
Total de cursos de doutorado		
Total de cursos de mestrado		
Total de cursos de especialização		
Tempo médio de duração do curso (por curso)		
Tempo médio de permanência do discente no curso (por curso)		
Trabalho Voluntário	Quantidade	Horas
Nº de técnico-administrativos envolvidos		
Nº de docentes envolvidos		
Nº de discentes envolvidos		

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A presença da demonstração do valor adicionado na estrutura no Balanço Social reveste-se de caráter fundamental, pois oferece oportunidade para o surgimento de diversos indicadores para construção de análises variadas, tanto de caráter interno (para fins gerenciais) quanto externo.

A estrutura de DVA apresentada no Quadro 5 é bastante ampla e preparada para ter a capacidade de informar aos stakeholders como e quanto é gerado de riqueza pela entidade e qual a destinação desta riqueza.

Em instituições comunitárias e públicas, principalmente, em que não há a presença de proprietários específicos, mas cujo patrimônio pertence à comunidade, é imprescindível que haja transparência na divulgação de informações que dão conta de informar ao público interessado da quantidade de recursos captados e qual sua destinação.

MEIO AMBIENTE

Corroborando o pensamento de Kroetz (2001) de que o Balanço Social deve permitir a evidenciação de influências favoráveis e desfavoráveis, o Quadro 6 inclui espaço para relatar

as ações desenvolvidas de preservação ambiental, bem como as multas ambientais, ações judiciais porventura sofridas no período e as metas de prevenção para o próximo exercício.

As informações de meio ambiente pretendem evidenciar que a preservação das espécies e do seu *habitat* natural tem recebido a atenção e engajamento de muitas entidades, de pesquisadores e de populações nativas. O avanço gigantesco da industrialização, do capitalismo, da agricultura comercial, os acidentes petrolíferos e químicos e os desmatamentos desenfreados causaram, e ainda causam, danos incommensuráveis ao ecossistema do planeta. Assim, a inserção deste bloco de informações é para permitir o relato dos principais projetos e das principais ações desenvolvidas pela entidade no sentido da preservação, da reparação de danos ambientais e as metas para o próximo ano.

ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Quadro 7 contém a inserção de um conjunto de informações úteis pela necessidade da exposição de práticas que justifiquem o discurso de entidade socialmente responsável.

O conjunto de informações relativas à ética, transparência e responsabilidade social permite relatar: (1) se o processo de admissão é por indicação ou por edital de seleção/concurso; (2) se, na

Quadro 5 – Demonstração do valor adicionado.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	ANO 1 – EM R\$
1 – Receitas	
Receitas com ensino	
Receitas com pesquisa	
Receitas com extensão	
Receita de prestação de serviços	
Receitas com vendas(-)	
Provisão para créditos de natureza duvidosa	
Receitas não-operacionais	
2 – Custo dos Materiais/Serviços Adquiridos de Terceiros	
Materiais e manutenção	
Energia elétrica, água/esgoto, telecomunicações	
Serviços de terceiros	
3 – Valor Adicionado Bruto (1-2)	
4 – Retenções	
Depreciação, amortização e exaustão	
5 – Valor Adicionado Líquido (3-4)	
6 – Outras Receitas	
Recursos governamentais	
Doações recebidas (pessoas físicas e jurídicas)	
Patrocínios	
Convênios	
Receitas financeiras	
Outras	
7 – Valor Adicionado Total (5 + 6)	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	%
8.1 – Remuneração do Trabalho das Atividades	
Pessoal e encargos	
Benefícios aos empregados	
8.2 – Financiadores	
Encargos financeirosAluguéis	
8.3 – Governo	
Tributos	
8.4 – Despesas das Atividades Filantrópicas	
Assistência social (projetos, programas e ações sociais)	
8.5 – Doações, Contribuições e Subvenções	
Diretório central dos estudantes/centros acadêmicos	
Campanhas sociais	
8.6 – Convênios	
Instituições de caráter científico/tecnológico	
8.7 – Bolsas de Estudo/Desenvolvimento Científico	
Bolsas de iniciação científica	
Bolsas de estudo ao corpo administrativo	
Bolsas de estudo ao corpo docente	
Bolsas de estudo ao corpo discente	
8.8 – Retenções	
Superávit ou déficit das atividades	

Quadro 6 – Meio ambiente.

MEIO AMBIENTE		
	METAS – ANO 2	ANO 1
Influências Favoráveis e Desfavoráveis		
Projetos para a preservação dos recursos florestais		
Projetos para a preservação dos recursos hídricos		
Projetos para a reciclagem de rejeitos industriais		
Projetos para a reciclagem de rejeitos residenciais		
Produtos recicláveis recolhidos		
Prêmios recebidos		
Multas ambientais		
Ações judiciais provenientes de causas ambientais		

Quadro 7 – Ética, transparência e responsabilidade social.

ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL		
	METAS – ANO 2	ANO 1
Informações Relevantes		
Relação entre a maior e a menor remuneração:		
Processo de admissão de empregados(as):		
Observação de critérios éticos, de responsabilidade social e ambiental, na seleção de parceiros e prestadores de serviços:		
Participação de empregado(a)s no planejamento da instituição:		
Ocorrência de processos eleitorais democráticos para escolha dos coordenadores(as), diretores(as) e reitores(as):		
Atuação da comissão/conselho de ética:		

seleção de parceiros e prestadores de serviço, os critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental são sugeridos, são exigidos ou não são considerados; (3) se no planejamento da instituição há a participação dos empregados apenas em nível de chefia, em todos os níveis ou não há participação; (4) se processos eleitorais para a escolha dos ocupantes dos cargos de gestão ocorrem regularmente, se ocorrem para todos os cargos ou somente para cargos intermediários ou se não ocorrem; (5) se a comissão/conselho de ética tem atuação em todas as ações/atividades da instituição, em algumas atividades determinadas, não tem qualquer atuação ou não tem comissão/conselho instalada a instituição.

Quadro 8 – Desenvolvimento de projetos futuros de impacto social e ambiental.

DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS FUTUROS DE IMPACTO SOCIAL E AMBIENTAL
Implementação de nova política salarial
Novos investimentos em capacitação
Novos investimentos em proteção ambiental
Projetos de acesso às minorias sociais
Projetos de políticas e direitos sociais
Projetos de expansão
Projetos de inserção no desenvolvimento regional
Projetos de incentivo à arte e à cultura
Novos investimentos em biblioteca
Outros

DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS FUTUROS DE IMPACTO SOCIAL E AMBIENTAL

As informações inseridas no Quadro 8 permitem a perenidade dos quatro vértices centrais do Balanço Social, na perspectiva da atuação futura da entidade.

O desenvolvimento de projetos futuros de impacto social e ambiental permite a evidenciação e o relato do planejamento de ações futuras (médio e longo prazo) na inserção da instituição no cenário do desenvolvimento regional, das ações que permitam o acesso às minorias, as contribuições no plano da arte e da cultura, dos projetos de expansão, investimentos nos processos de política salarial e capacitação.

OUTRAS OBSERVAÇÕES E INFORMAÇÕES RELEVANTES

Neste tópico, a entidade poderá acrescentar outras informações que julgar pertinentes e relevantes ao conjunto de usuários e que não tenham sido contempladas anteriormente.

Pode-se descrever, por exemplo, a natureza jurídica, se de fins lucrativos ou não, se isenta de cota patronal para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), se possui certificado de entidade beneficiante de assistência social, se é considerada de utilidade pública, se é classificada como Organização Social com Interesse Público (OSCIP) e assim por diante. A entidade poderá incluir neste tópico a pesquisa de satisfação realizada com o quadro funcional.

Finalmente, o demonstrativo deve conter a assinatura do responsável pela entidade e de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade.

O modelo apresentado diferencia-se de outras propostas, pois não está concentrado em apenas uma abordagem. Disponibiliza um rol ampliado de informações que permite aos usuários o acompanhamento mais sistêmico da performance econômica, financeira, ambiental e social da entidade. A proposta de modelo para o Balanço Social apresentada busca contemplar os quatro vértices sustentados na revisão da literatura e as expectativas dos gestores.

CONCLUSÕES

O propósito deste artigo foi atender ao objetivo central apresentado na Introdução, delineando uma proposta que busca contemplar os quatro vértices sustentados na revisão da literatura e as expectativas dos gestores, com a intenção de sistematizar um conjunto de informações consideradas relevantes na caracterização da demonstração do Balanço Social.

O grupo de trabalho ou comissão designada para a preparação do relatório social deverá estudar e eleger a maneira mais adequada de apresentação. Os tópicos sugeridos podem sofrer alterações de acordo com a realidade da entidade, sendo que as informações poderão ser divulgadas, entre outras possibilidades, por meio de indicadores, gráficos, tabelas, quadros, valores monetários e descrições.

Ao considerar o conceito de que as organizações constituem um sistema aberto, influenciando e sendo influenciadas pelo ambiente externo, a proposta possibilita espaço para evidenciar não apenas as influências positivas, mas, também, as influências negativas da relação entidade/sociedade, ainda que não seja prática comum entre os modelos de Balanço Social publicados em nosso país.

É factível que parcela considerável de gestores possam demonstrar resistências diante da perspectiva da divulgação de indicadores que sugerem fraquezas organizacionais. Entretanto, além de conceber o Balanço Social como um instrumento de desempenho na gestão organizacional e um mecanismo de gestão das responsabilidades sociais decorrentes da atuação da entidade, é preciso concebê-lo como instrumento de transparência e da prática de princípios éticos. Se houver eventos negativos na atuação da entidade, estes devem ser diagnosticados, e encaminhados procedimentos para solucionar ou prevenir novas ocorrências.

Assim, reitera-se que a demonstração do Balanço Social, quando elaborada de forma adequada pela entidade, permite à sociedade conhecer o conjunto de ações desenvolvidas e os benefícios advindos da sua atuação, seja no âmbito social, econômico, ecológico, artístico-cultural ou nas ações de cidadania. Sabidamente, a entidade continuará a exercer influências negativas, porém sendo tratadas com transparência, discutidas abertamente com o quadro funcional e a sociedade envolvida, no intuito de reduzir, se não sanar, gradualmente seus reflexos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.O.B.; TACHIZAWA, T. e CARVALHO, A.B. 2000. *Gestão*

- ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável*. São Paulo, Makron Books, 206 p.
- ASHLEY, P.A. (Coord.). 2003. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo, Saraiva, 205 p.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. 2004. Resolução CFC nº 1.003/04, Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>. Acesso em: 21/09/2006.
- DÉLANO, A.S. 1980. O balanço social, utopia ou realidade na empresa latino-americana? In: E.L. GONÇALVES (org.), *Balanço social da empresa na América Latina*. São Paulo, Pioneira, p. 1-4.
- GIL, A.C. 1999. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed., São Paulo, Atlas, 206 p.
- GONÇALVES, E.L. (Coord.). 1980. *Balanço social da empresa na América Latina*. São Paulo, Pioneira, 89 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. 2006. *Balanço social*. Disponível em: <http://www.ibase.org.br>. Acesso em: 20/11/2006.
- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. e GELCKE, E.R. 2003. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também as demais sociedades*. 6ª ed., São Paulo, Atlas, 569 p.
- KROETZ, C.E.S. 2000. *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo, Atlas, 162 p.
- KROETZ, C.E.S. 2001. Balanço social: uma proposta de normatização. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, 129:53-63.
- MARCONI, M.A. e LAKATOS, E.M. 2002. *Técnicas de pesquisa*. 5ª ed., São Paulo, Atlas, 282 p.
- MAZZIONI, S. 2005. *Delineamento de um modelo de balanço social para uma fundação universitária*. Blumenau, SC. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis. Universidade Regional de Blumenau –FURB, Blumenau, 195 p.
- MELO NETO, F.P. e FROES, C. 2001. *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro, Qualitymark, 189 p.
- ORCHIS, M.A.; YUNG, M.T. e MORALES, S.C. 2002. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In: INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*, São Paulo, Pierópolis, p. 37-70.
- RAUPP, F.M. e BEUREN, I.M. 2004. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: I. M. BEUREN (org.), *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo, Atlas, p.76-97.
- RIBEIRO, M.S. 1992. *Contabilidade e meio ambiente*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo – USP, 141 p.
- RIBEIRO, M.S. e LISBOA, L.P. 1999. Balanço social. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 115: 72-81.
- TINOCO, J.E.P. 1984. *Balanço social: uma abordagem sócio-econômica da contabilidade*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo – USP, 111 p.
- TINOCO, J.E.P. 2001. *Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo, Atlas, 243 p.
- TINOCO, J.E.P. e KRAEMER, M.E.P. 2004. *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo, Atlas, 303 p.

Submissão: 26/12/2006

ACEITE: 09/09/2007

SADY MAZZIONI

Mestre em Ciências Contábeis – FURB. Professor de Contabilidade na Universidade Comunitária de Chapecó – UNOCHAPECÓ.

E-mail: sady@unochapeco.edu.br
Av. Senador Atílio Fontana, 591 E, Bloco R, Efapi. CEP 89809-000, Chapecó – SC.

JOÃO EDUARDO PRUDÊNCIO TINOCO

Doutor em Controladoria e Contabilidade – FEA/USP. Professor de Contabilidade da UNISANTOS.
E-mail: tinocojoao@unisantos.br
Rua Dr. Carvalho de Mendonça, 155, Vila Mathias. CEP 11070-906, Santos – SP.

ANTONIO BENEDITO SILVA OLIVEIRA

Doutor em Controladoria e Contabilidade – FEA/USP. Professor de Contabilidade da PUC-SP.
E-mail: absolive@pucsp.br
Rua Ministro de Godoi, 969, 3º andar, Sala 130B. CEP 05014-901. Perdizes, São Paulo – SP.